

TERMO DE REFERÊNCIA

1- Definição do objeto (art. 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/2021)

Trata-se de futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem fornecimento de motorista, destinados ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e institucionais das Secretarias do Município de Piranguçu/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência de acordo com as periodicidades, especificações, obrigações e demais condições e seus anexos.

1.1.1. Justificativa:

Justificativa da necessidade da contratação:

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades operacionais das Secretarias do Município de Piranguçu, garantindo a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos prestados à população.

A locação de veículos mostra-se necessária em razão da constante demanda por deslocamentos para execução de atividades administrativas, técnicas e operacionais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, incluindo transporte de servidores e munícipes, realização de visitas técnicas, fiscalização de serviços, atendimento a programas governamentais e demais atividades inerentes à Administração Pública.

A adoção do modelo de locação, em substituição à aquisição de novos veículos, apresenta-se como alternativa vantajosa para a Administração, considerando a redução dos custos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, seguros, reposição de peças, depreciação patrimonial, gestão da frota e renovação dos veículos. Além disso, permite maior previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos são concentrados em parcelas fixas durante a vigência contratual.

Outro fator relevante é a necessidade de disponibilização de veículos em condições adequadas de uso, garantindo segurança, conforto e confiabilidade para os servidores e usuários dos serviços públicos. A locação possibilita a utilização de veículos mais novos e em melhores condições mecânicas, reduzindo riscos de interrupções nas atividades em decorrência de falhas ou indisponibilidade da frota própria.

Destaca-se ainda que a frota municipal atualmente disponível não é suficiente para atender integralmente às demandas das Secretarias, especialmente diante do aumento das atividades administrativas e operacionais, tornando necessária a complementação da frota por meio de contratação especializada.

Dessa forma, a contratação de empresa para locação de veículos constitui medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos, o atendimento eficiente das demandas institucionais e o cumprimento das atribuições legais das Secretarias Municipais, observando os princípios da

eficiência, economicidade, interesse público e continuidade administrativa previstos na legislação vigente.

1.1.A natureza do objeto consiste em bens/serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/21. Não consistem, portanto, em bens de luxo.

1.2 As especificações e quantitativos estão estabelecidos na tabela abaixo:

Item	Descrição detalhada	Quant	Unid
01	Locação de veículo sem motorista, Veículo Hatch, ano/modelo 2026/2026,4 portas, mínimo motor 1.0, capacidade para 5 passageiros, ar-condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos nas 4 portas, airbags e freios ABS.	60	meses

1.3O quantitativo mencionado é estimado com base no Estudo Técnico Preliminar.

2.1. O prazo para a assinatura do instrumento do contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente é de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação para a respectiva formalização. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, alterado ou rescindido conforme as disposições contidas na Lei Federal nº14. 133/2021.

3. Da fundamentação da contratação (Art. 6º, XXIII, “b” da Lei 14.133/21)

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos estudos técnicos preliminares, a ser realizada sob a égide da Lei Federal 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como regulamentação municipal.

4.Da descrição da solução como um todo e da execução contratual (Art. 6º, XXIII, “c” e “e” da Lei 14.133/21)

A prestação de serviços será realizada da seguinte forma:

4.1. Da Prestação dos Serviços

A contratada deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, segurança e conservação. Estão incluídos no valor da locação:

- Seguro total;

- Assistência técnica 24 horas;
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Troca de pneus;
- Substituição de peças;
- Licenciamento;
- IPVA;
- Veículo reserva;
- Serviço de guincho e assistência 24 horas.

- Será utilizado 05 (cinco) veículos, sendo 04 (quatro) veículos para a Secretaria de Saúde e 01 (um) para a Secretária de Educação.

- A entrega dos veículos será realizada conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

- Não serão aceitos veículos em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

- O prazo de entrega do objeto é de até 15 dias corridos após a emissão de autorização do fornecimento emitida pela administração.

- Os veículos deverão ser entregues com todos os tributos, fretes, encargos sociais e quaisquer outras despesas que componham ou incidam no preço proposto.

- O local de entrega dos veículos novos será no endereço indicado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Praça João Pereira Pinto, nº01, centro Piranguçu/MG. Das 07:00 as 16:00 de segunda a sexta-feira.

- A CONTRATADA deverá prestar serviços de Socorro e assistência técnica durante todo o período de locação, através de rede de concessionárias, oficinas técnicas autorizadas ou, ainda, unidades móveis, sendo que, nesta última hipótese, o atendimento deverá ser prestado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

- No ato da entrega dos veículos será obrigatória a apresentação de catálogos técnicos dos produtos ofertados (caso necessário), contendo as características dos veículos e equipamentos embarcados, prazo de garantia e quilometragem para as devidas revisões.

- Será de responsabilidade da empresa contrata as revisões obrigatórias para manutenção dos veículos no período que permanecerem alugados.

- O setor responsável receberá o objeto provisoriamente, mediante recibo, após vistoria completa realizada no ato da entrega dos veículos de 48 horas, após o recebimento provisório e o cumprimento das condições estabelecidas em instrumento legal, expedirá o Atestado de Recebimento.
- O objeto contratado deverá ter prazo de garantia mínima de 12 meses.

4.2. Não serão aceitos objetos em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

4.3. A contratada deverá arcar com todas as despesas relativas à entrega do objeto e todos os tributos incidentes.

4.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.6. Eventual recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Requisitos da contratação (Art. 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/21)

5.1. Dos requisitos de habilitação

5.1.1. Para fins de habilitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 e alterações da Instrução Normativa DREI/ME n.º 88, de 23 de dezembro de 2022.

e) No caso de **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;

5.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

5.3. Da Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** e a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (DAU), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

d.1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão Negativa de Pedido de **Concordata ou de Falência**, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 90 (noventa) dias.

5.5. A microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP ou MEI – Microempreendedor Individual, deverá apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de localização da empresa (ME - EPP), expedida até 90 dias antes da data de abertura da proposta, obrigatória para empresas que forem fazer uso do privilégio contido na Lei Complementar 123/2006.

5.6. A não entrega da declaração prevista no item anterior, indicará que a licitante se optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006.

5.7. O Município poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas, além de incorrer nas sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

5.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. Das infrações e sanções administrativas

6.1. Será responsabilizado o licitante ou contratado que incorrer em alguma das infrações previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no referido artigo as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

6.3. A multa será aplicada nas seguintes proporções:

6.3.1. Moratória de 0,5.% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

6.3.2. Moratória de 0,5.% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

6.3.3. O atraso superior a 60 dias, além do prazo de execução autoriza a Administração a promover a

extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.3.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.9. Da extinção contratual

6.9.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.9.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica compromitente deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.9.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

6.9.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.9.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.9.5.3 Indenizações e multas.

6.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133 de 2021).

7. Modelo de gestão do contrato (Art. 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/21)

7.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.6. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.7. A fiscalização ficará a cargo do servidor: Gleisse Dias Chaves

7.2. Do Gestor do Contrato

7.2.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.2.2. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para fins de formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.2.3. O gestor do contrato será o Sr(a). Glaucia da Silva Corrêa

8. Critérios de pagamento (Art. 6º, XXIII, “g” da Lei 14.133/21)

8.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor (Art. 6º, XXIII, “h”, da Lei 14.133/2021)

9.1. A contratação se dará por meio de Pregão, na sua forma eletrônica, com amparo no art. 6º, inciso XLI, art. 17, § 2º e art. 28, inciso I, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O critério de seleção do fornecedor será o menor preço por item.

10. Estimativa do valor da contratação (Art. 6º, XXIII, “i”, da Lei 14.133/2021)

10.1 Segue em anexo o custo estimado total da contratação, conforme Estimativa de Preço constante nos autos do processo.

10.2 O preço proposto é fixo e irrevogável, ficando por conta do fornecedor todos os impostos, taxas, com riscos e demais encargos que incidam sobre os mesmos, assim como os custos para a transporte, estadia, passagem e alimentação dos funcionários encarregados desta, quando houver.

10.3 Os preços serão reajustados respeitadas a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação;

10.4 O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido desde que observadas as exigências legais.

11. Adequação orçamentária (Art. 6º, XXIII, “j”, da Lei 14.133/2021)

11. As despesas com a execução do objeto ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 02.06.02.10.301.00013.2047 – Atividades da Atenção Primária

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 211

Fonte: 1.500.000.1002

Dotação: 02.04.01.12.361.0006.2031 Gestão e Operação do Transporte Escolar Municipal

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Ficha: 125

Fonte: 1.500.000.1001

12. Do Princípio da Vinculação

12.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Documento de Formalização da demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar, à Proposta de Preços, bem como ao Contrato Administrativo ou outro documento que o substitua.

Piranguçu, 08 de junho de 2026.

Glauca da Silva Corrêa

Secretário Municipal de Saúde de Piranguçu